

A DISPUTA ENTRE DUAS RESPOSTAS DIFERENTES À REVOLTA ÁRABE DE 1936

A STRUGGLE BETWEEN DIFFERENT APPROACHES AS RESPONSE TO THE ARAB REVOLT IN 1936

Ari Kerkkanen

PhD

The Tampere Peace Research Institute of the University of Tampere

Tampere, Finland

ari.kerkkanen@uta.fi

Resumo

O objetivo deste trabalho, baseado em pesquisa realizada em arquivos, em Londres e Jerusalém, é analisar o ponto de vista da autoridade civil no debate entre a abordagem conciliatória vs. coerciva, durante a revolta árabe na Palestina em 1936. A questão de pesquisa consiste em determinar por que razão a avaliação da situação feita pela autoridade civil foi tão diferente da efetuada pela autoridade militar, a ponto de ter polarizado as perspectivas sobre qual a resposta mais adequada à revolta. O artigo argumenta que a autoridade civil dispunha de melhor conhecimento da situação na Palestina do que os militares, motivando a defesa duma abordagem conciliatória oposta à linha coerciva favorecida pelos militares. O deteriorar da situação na Palestina não deve ser interpretado como uma falha da autoridade civil *per se*, mas sim como o resultado de uma situação com fatores políticos e humanos complexos, agravados, principalmente, pelo temor da população árabe da Palestina à cerca do seu destino. No final, é feita uma referência a um Médio Oriente contemporâneo, destacando a relevância da teoria do conflito social prolongado, de Edward Azar, uma vez que, pelo menos parcialmente, explica as causas da revolta na Palestina, bem como convulsões contemporâneas no mundo árabe.

Palavras-chave: Revolta Árabe, Mandato na Palestina, Cooperação civil-militar, Arthur Wauchope, Edward Azar.

Como citar este artigo: Kerkkanen, A., 2016. A Disputa entre duas Respostas Diferentes à Revolta Árabe de 1936. *Revista de Ciências Militares*, maio de 2016 IV (1), pp. 89-110.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

Abstract

The objective of this paper, based on archival research in London and Jerusalem, is to analyse the point of view of the civilian authority in the debate between conciliatory vs. coercive approaches during the Arab revolt in 1936. The research question, therefore, is why the civilian authority's assessment of the situation was so different from the military's to the extent that it polarized views of the most appropriate response to the revolt between the civilian and military authorities. The paper argues that the civilian authority had greater understanding of the situation in Palestine than the military, which led to advocating a conciliatory approach instead of a coercive one as favoured by the military. The deteriorating situation in Palestine is not to be interpreted as a failure of the civilian authority's policy per se, but as the outcome of the situation with complex political and human factors aggravated by the fear of the Palestinian Arab population about their destiny. In the end, a reference to contemporary Middle East is made highlighting the relevance of Edward Azar's protracted social conflict theory as it explains, in part, the root causes of the Revolt as well as contemporary upheavals in the Arab world.

Keywords: Arab Revolt, Palestine Mandate, civil-military cooperation, Arthur Wauchope, Edward Azar.

Introdução¹

A Liga das Nações através do Mandato para a Palestina atribuiu à Grã-Bretanha em 1923 o governo temporário das áreas anteriormente sob administração Otomana. A Palestina já tinha estado sob administração militar britânica, no contexto da Administração de Territórios Inimigos Ocupados (Occupied Enemy Territory Administration - OETA) desde dezembro de 1917, quando ocorreu a ocupação de Jerusalém. Os britânicos não eram apenas governantes da Palestina, eram igualmente facilitadores da implementação da Declaração de Balfour² através do suporte à imigração judia e respetiva instalação na Palestina. A administração civil foi estabelecida em 1920, na sequência dos graves motins ocorridos durante o Nabi Musa em Jerusalém. Movimentos nacionais de árabes palestinos e judeus envolveram-se em confrontos violentos. Em 1929, no decurso da denominados motins do muro ocidental, a polícia britânica foi a principal responsável pela morte de mais de 130 judeus e 110 árabes.

¹ Expresso a minha gratidão à Universidade de Helsinquia, onde em 2006 iniciei a pesquisa documental para este estudo. O meu mandato no Instituto Finlandês do Médio Oriente permitiu-me escrever o documento, que foi finalmente concluído durante a minha *visiting senior fellowship* no Instituto de Pesquisa da Paz em Tampere. Agradeço também aos arquivos, cujos repositórios tornaram possível este artigo: o Trustees of the Liddell Hart Centre for Military Archives (London), o National Archive (London), e os Central Zionist Archives (Jerusalem). Expresso igualmente a minha profunda gratidão ao Prof. Sari Hanafi e ao Dr. William Matchett, que leram o manuscrito e deram valiosas sugestões.

² Arthur James Balfour, Ministro dos Negócios Estrangeiros Britânico, declarou, em 2 de novembro de 1917, o apoio do seu governo ao estabelecimento de "um lar nacional para o povo judeu" na Palestina mas sob condição de que "nada seria feito que pudesse prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judias existentes na Palestina".

Contudo, foi com a revolta árabe de 1936, que durou até 1939, que pela primeira e em grande escala árabes palestinos se revoltaram contra o domínio britânico na Palestina.

Este artigo propõe um argumento duplo. Primeiramente, será argumentado que o conhecimento profundo e mais alargado das causas subjacentes à revolta, por parte da autoridade civil durante o Mandato da Palestina constituía a razão primária que suportava a aproximação conciliatória advogada pelo Alto-comissário, Arthur Wauchope. Seguidamente, será defendido que o conhecimento detido pelos militares acerca da revolta era menos detalhado e muito mais limitado e que estes entenderam a rebelião como um desafio direto à autoridade britânica sem terem um entendimento completo do contexto sócio-político. Este artigo centra-se na análise da posição da autoridade civil e na clivagem entre civis e militares. A questão central que era igualmente o dilema para as autoridades civis britânicas, consiste em determinar a resposta mais efetiva à revolta e restaurar a lei e a ordem mantendo simultaneamente as disposições da Declaração Balfour³ relacionadas com o estabelecimento de um Lar Nacional para o povo judeu. As autoridades civil e militar discordavam acentuadamente na forma de abordagem em resposta à revolta, sendo a sua perceção muito diferente relativamente à escolha de uma opção conciliatória ou coerciva (*soft power* vs. *hard power*). A revolta árabe na Palestina, tal como uma das suas predecessoras, a Grande Revolta na Síria 1925-27, são objetos de estudo à luz dos recentes levantamentos populares no Médio Oriente e Norte de África, incluindo os que tiveram início em 2011. A análise e o conhecimento sobre levantamentos populares ocorridos no passado proporciona uma melhor compreensão de acontecimentos contemporâneos da mesma natureza.

Este artigo lida com um período relativamente curto, que começa com o início da revolta e termina em 16 de fevereiro de 1937, com a realização da reunião interdepartamental em Londres. Nessa reunião, efetuada a pedido do Alto-comissário (High Commissioner - HC) e do Gabinete do General Comandante (General Officer Commanding - GOC), para clarificar responsabilidades de comando, foram discutidas as funções do HC e do GOC. A reunião teve como principal objetivo resolver a disputa entre a autoridade civil e militar, que emergiu durante a revolta e permaneceu sem solução, embora a greve geral que marcava a revolta desde o seu início tenha terminado.⁴ O HC, representando a autoridade civil, e o GOC, representando a autoridade militar na Palestina estavam no cerne da questão em disputa.

O Alto-comissário, Sir Arthur Grenfell Wauchope, era simultânea e formalmente o Comandante-em-Chefe. Consequentemente, a autoridade suprema e responsável pela coordenação política ao mais alto nível, que detinha a responsabilidade final na manutenção da lei e da ordem nos termos do Mandato Britânico da Palestina. Wauchope, que era

³ Arthur James Balfour, Ministro dos Negócios Estrangeiros Britânico, declarou, em 2 de novembro de 1917, o apoio do seu governo ao estabelecimento de “um lar nacional para o povo judeu “ na Palestina mas sob condição de que “nada seria feito que pudesse prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judias existentes na Palestina”.

⁴ *Minute Sheet*, (1937). Reg. No. 0176/484, TNA, WO 32/4178, London; and *Cabinet*, (1937). C.P. 95 (37), TNA, CO 733/317/8, Kew.

Tenente-general no ativo, na data da sua nomeação⁵, foi o Alto-comissário para a Palestina e Transjordânia que mais tempo esteve em funções, desde 1931 até 1938.

O Comandante Aéreo (*Air Officer Commanding* -AOC), Air Vice-Marshal R.E.C. Peirse, e a partir de setembro de 1936 o GOC, Tenente-general John Dill, foram os conselheiros militares do Alto-comissário. Ambos dependiam do Alto-comissário para a implantação de forças militares. O modelo de comando partilhado entre as autoridades civis e militares que em teoria parecia ser claro, apresentava de facto vários problemas. O HC dependia exclusivamente do Ministério das Colónias, enquanto o AOC tinha dependência do Ministério da Aeronáutica, do Comando do Médio Oriente e naturalmente do HC⁶. Por sua vez, o GOC tinha que responder perante o Ministério da Guerra, o Comando do Médio Oriente e igualmente o HC.

O debate entre civis e militares durante a revolta está presente em vários trabalhos de investigação, contudo a perspetiva civil tem recebido até à data menor atenção⁷ afigurando-se existir uma tendência para considerar a liderança de Wauchope como um fracasso recorrendo à interpretação dos militares. É hora de colocar a ponto de vista da autoridade civil sob exame minucioso, a fim de obter uma compreensão mais abrangente do debate, as suas razões e consequências. Diferentes entendimentos estão no cerne da abordagem conciliatória vs. coerciva como refletido nos debates sobre a lei marcial e responsabilidade de comando.

A Revolta em Desenvolvimento

O assassinato de dois judeus por um grupo armado árabe, em 15 de abril de 1936, próximo de Nablus desencadeou a revolta árabe na Palestina. Em resposta, alguns dias depois dois árabes foram mortos por judeus perto de Petah Tiqva. Na sequência destes assassinatos, 9 judeus foram mortos em Jaffa, no decurso de tumultos incitados por rumores infundados sobre árabes a serem mortos em Tel Aviv. Os árabes palestinianos decretaram greves e em 23 de abril foram estabelecidos Comitês Nacionais para as supervisionar na maioria das cidades árabes. O Alto Comité Árabe (*Higher Arab Committee*-HAC)⁸ foi instituído com o objetivo de criar uma liderança nacional na dependência de Amin al-Husayni, o Mufti de Jerusalém⁹. O HAC decidiu continuar a greve geral até que o governo britânico mudasse a sua política, cessando a imigração judia e proibindo a transferência de terras de árabes para judeus,

⁵ Passfield, S. W. (1931). *Submission for letter of appointment of Lieutenant-General Arthur Grenfell Wauchope for His Majesty's approval, 1 July 1931*, TNA, CO 323/1144/7, Kew.

⁶ General Staff, Headquarters, The British Forces, Palestine & Trans-Jordan. (1938). *Military Lessons of the Arab Rebellion in Palestine 1936*. TNA, WO 282/6 (44816-1), Kew.

⁷ Ver para exemplo *ibid*.

⁸ O Alto Comité Árabe foi estabelecido, tendo Amin al-Husayni como presidente, como um órgão político em 25 de abril de 1936 destinado a apresentar as exigências palestinianas ao governo britânico durante a greve geral. Os britânicos proibiram o HAC em 1937.

⁹ Amin al-Husayni, um líder palestiniano nacionalista, foi nomeado pelo Alto-comissário britânico como Grande Mufti de Jerusalem em 1921. Eles era o responsável pelos locais sagrados islâmicos de Jerusalém e presidente do Conselho Supremo Islâmico, a mais elevada instituição encarregue de assuntos da comunidade islâmica no Mandato da Palestina.

seguindo-se o estabelecimento de um governo nacional responsável perante um conselho de representantes.¹⁰

A greve tornou-se violenta e transformou-se rapidamente numa revolta, com os rebeldes a atacarem os judeus e o governo do Mandato da Palestina. A primeira onda de ataques ocorreu em 10 de maio de 1936 e foi levada a cabo por camponeses contra soldados e polícias britânicos, bem como contra aldeamentos judaicos. Estes ataques eram de uma forma geral realizados por grupos armados, que foram estabelecidos durante a segunda quinzena de maio. O surgimento e a propagação de grupos armados rurais começaram a fazer pender a balança militar para o seu lado. Os rebeldes estavam familiarizados com o terreno e contavam com apoio da população que lhes fornecia alimentação e informações sobre os movimentos do exército, que enfrentou dificuldades em controlar esses grupos armados.¹¹ É importante salientar que no início da revolta, em resposta à atmosfera geral de insurreição e sem ação concertada dos comandantes rebeldes surgiram de forma espontânea grupos armados em várias aldeias.¹²

A revolta além de criar um desafio para o exercício da autoridade e aplicação da lei (dificultando ou impedindo a ação das forças militares e da polícia) por parte da administração do Mandato da Palestina dificultou ainda o seu funcionamento de forma global. Pela primeira vez na Palestina a administração do Mandato estava a ter dificuldades em manter a lei e a ordem e o levantamento refletiu-se diretamente na disputa emergente entre as autoridades civil e militar sobre qual seria a forma mais apropriada de lidar com a revolta.

A Palestina já tinha experimentado manifestações públicas e revoltas menores na década de 1920, mas nada comparável com a escala da revolta do verão de 1936. Quando a atividade rebelde atingiu o seu pico, entre 27 de Agosto e 5 de Setembro, o governo de Sua Majestade anunciou em 7 de Setembro a decisão de restabelecer a ordem pública recorrendo a medidas coercivas, incluindo a lei marcial. Esta decisão terá surpreendido os líderes rebeldes, tendo o Air Vice-Marshal Richard Peirse, oficial general comandante das tropas britânicas na Palestina, relatado uma diminuição da violência a partir dessa data.¹³ O HAC, agindo com base no parecer dos governantes árabes (Emir Abdullah da Transjordânia, Ghazi do Iraque e ibn Saud da Arábia Saudita), determinou que a greve terminasse em 12 de outubro.¹⁴ De facto, a greve terminou pouco antes de a lei marcial ser implementada, ou a lei marcial estatutária, como era designada; uma espécie de versão *soft* da lei marcial. A diplomacia

¹⁰ Porath, Y. (1977). *The Palestinian Arab National Movement. From Riots to Rebellion*, Vol. II. London: Frank Cass 1, pp. 160-166.

¹¹ *Ibid*, pp. 182, 184.

¹² Swedenburg, T. (1995). *Memories of Revolt. The 1936-1939 Rebellion and the Palestinian National Past*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, p. 122.

¹³ Peirse, R. (1936). *Despatch by Air Vice-Marshal Peirse on Disturbances in Palestine 19th April to 14th September 1936*. Headquarters, British Forces in Palestine and Trans-Jordan, TNA, WO 32/4177, Kew.

¹⁴ General Staff, Headquarters, The British Forces, Palestine & Trans-Jordan. (1938). *Military Lessons of the Arab Rebellion in Palestine 1936*, TNA, WO 282/6 (44816-1), Kew.

regional, uma ameaça de lei marcial e concessões políticas (Comissão Real) contribuíram para o fim da greve.¹⁵

A Discussão Sobre as Funções Civas e Militares

Na Palestina, o debate centrou-se na forma mais adequada de combater a revolta para garantir a vigência da lei e a ordem em geral e sobre quais eram as funções exatas das autoridades civil e militar, em particular quando da declaração da lei marcial. Para o governo britânico a diferença entre autoridades civis e militares nas colónias, não era um tema novo e a questão do exercício do policiamento já tinha sido reconhecida anteriormente no contexto imperial britânico. O Major-general, Sir Charles W. Gwynn tratou esta questão no seu bem conhecido tratado sobre policiamento imperial. Ele afirma, com base no exame de uma série de crises ocorridas no império britânico que: “Quando a unidade de controlo, que é talvez o resultado mais importante de proclamar a lei marcial, não é alcançada, a necessidade de uma cooperação estreita e de compreensão mútua torna-se ainda mais importante. Qualquer comportamento em forma de competição ou inveja para garantir reconhecimento conduzirá certamente à falta de coordenação nos cursos de ação.”¹⁶ Gwynn também observou que o benefício da lei marcial é estabelecer a unidade de controlo e que a unidade de controlo dará à autoridade militar responsabilidade exclusiva para executar a política do governo, atenuando possíveis mal-entendidos e más interpretações da política em comparação com a situação em que as autoridades civis e militares estão apenas agindo em cooperação.¹⁷

Tom Bowden observa que o exército britânico foi dominado pela política quando foi chamado a ajudar o poder civil e que a estratégia defensiva do exército tal como adotada pelo governo do Mandato falhou. A lógica do governo consistia em usar a força mínima. Portanto a política foi tipicamente civil, não militar.¹⁸ Os regulamentos que regem as relações entre civis e militares eram bastante claros e explícitos. Na visão de Bowden as “Notas de orientação sobre policiamento imperial” e os Regulamentos do Rei de 1935 não deveriam conter ambiguidade na delimitação das respetivas esferas de influência. De acordo com os Regulamentos do Rei de 1935: “O governador de uma colónia protetorado ou território de mandato é a autoridade única e suprema, representativa e responsável da sua maioria. Em consequência da sua comissão e das cartas patente tem direito à obediência e assistência de todos os militares e civis, mas, embora detendo o título de capitão-general ou comandante-em-chefe, e, podendo ser um militar mais antigo que o oficial comandante das forças, não é, exceto em caso de especial nomeação de Sua Majestade, investido com o comando das forças

¹⁵ Norris, J. (2008). Repression and Rebellion: Britain’s Response to the Arab Revolt in Palestine of 1936-39. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, Vol. 36, No. 1, March 2008, p. 27.

¹⁶ “When unity of control, which is perhaps the most important result of proclaiming martial law, is not provided, the necessity of close co-operation and of mutual understanding is all the more important. Anything in the nature of jealousy or competition to secure credit is certain to lead to lack of co-ordination in courses of action.” Quoted in Gwynn, C. W. (1936). *Imperial Policing*. London: Macmillan and Co., p. 15.

¹⁷ *Ibid*, p. 16.

¹⁸ Bowden, T. (1975). The Politics of the Arab Rebellion in Palestine 1936-39. *Middle Eastern Studies*, Vol. 11, No. 2, p. 160.

de Sua Majestade na colônia, protetorado ou território de mandato.”¹⁹

Michael J. Cohen focou a sua análise no atrito entre as autoridades civis e militares durante a revolta na Palestina e observou que: “O atrito entre as autoridades civis e militares resultou de uma diferença fundamental na natureza de suas responsabilidades. O Ministério da Guerra e o Ministério da Aeronáutica - cujo Vice-marechal comandou tropas na Palestina - estavam preocupados principalmente em reprimir uma rebelião, que desafiou a autoridade britânica e o prestígio militar. Por outro lado, o Ministério das Colônias e mais particularmente o Alto-comissário, estavam preocupados com remediar tanto quanto possível as queixas que tinham provocado a rebelião.”²⁰

Como Cohen observa corretamente, declarar ou não a lei marcial era o cerne do debate entre as autoridades civis e militares durante a revolta árabe. Declarar a lei marcial teria significado a transferência de todos os poderes executivo e judicial da administração civil para as autoridades militares. Em tempos normais, os militares sempre foram responsáveis pelo seu comportamento perante o Alto-comissário. Cohen argumenta que o duplo controle exercido pelo exército e autoridades civis era incompatível, por exemplo, protestos contra alegada má conduta por parte das tropas poderiam facilmente levar a restrições nas atividades do exército.²¹

Jacob Norris observa que também existia atrito a nível do governo britânico e assinala divisões de longa data entre o Ministério das Colônias e o dos Negócios Estrangeiros, sobre a questão da aplicação da lei marcial. O Ministério das Colônias receava que a declaração da lei marcial funcionasse como uma confissão do falhanço político na Palestina.²² Por último, mas não menos importante, Matthew Kelly argumenta num artigo recentemente publicado, não diretamente relacionado com o dilema civil-militar, que a violência britânica, bem como a prática de buscas sistemáticas nas aldeias palestinianas, como método punitivo, eram a causa básica da revolta.²³ Enquanto a violência foi certamente um dos fatores agravantes, dificilmente pode ser definida como uma das causas principais da revolta; sobre cujas causas Wauchope desenvolveu uma compreensão profunda como se demonstra na seção seguinte.

¹⁹ “The governor of a colony, protectorate or mandated territory is the single and supreme authority responsible to and representative of his majority. He is by virtue of his commission and the letters patent entitled to the obedience and assistance of all military and civil officers, but, although bearing the title of Captain-General or Commander-in-Chief, and although he may be a military officer senior in rank to the Officer Commanding forces, he is not, except on special appointment from His Majesty, invested with the command of His Majesty’s Forces in the colony, protectorate or mandated territory.” Quoted in *ibid*, pp. 163-164.

²⁰ “The friction between the civil and military authorities stemmed from a fundamental difference in the nature of their responsibilities. The War Office and the Air Ministry -whose vice marshal commanded the troops in Palestine- were concerned primarily to suppress a rebellion, which by its very existence challenged British authority and military prestige. On the other hand, the Colonial Office, and more particularly the High Commissioner, were concerned that the grievances which had provoked the rebellion should be as far as possible remedied.” Quoted in Cohen, M. J. (1973). *Sir Arthur Wauchope, the Army and the Rebellion in Palestine, 1936. Middle Eastern Studies*, Vol. 9, No 1, p. 20.

²¹ *Ibid*, pp. 20-21.

²² Norris, J. (2008). Repression and Rebellion: Britain’s Response to the Arab Revolt in Palestine of 1936-39. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, Vol. 36, No. 1, p. 27.

²³ Kelly, M. K. (2015). The Revolt of 1936: A Revision. *Journal of Palestine Studies*, Vol. XLIV, No. 2, pp. 29, 32-35.

O Entendimento Contextual de Wauchope

A política desenvolvida por Wauchope, como HC, foi considerada muito conciliatória pelos militares e colocou-o entre o “martelo e a bigorna”. A frustração dos militares com Wauchope chegou ao ponto de o Secretário da Guerra, Duff Cooper, escrever ao Secretário Colonial, William Ormsby-Gore, em outubro 1936, sobre a sua firme convicção de que “a situação vai continuar e pode deteriorar-se até que Wauchope deixe o país. Foram dados cinco meses a Wauchope para aplicar a sua política e lamentavelmente falhou.”²⁴

Wauchope tem sido considerado em várias memórias como um Alto-comissário que se esforçou meticulosamente por cumprir o seu mandato. Naturalmente, ele foi obrigado a seguir a Ordem Palestiniana do Conselho como termo de referência, que por sua vez estava ancorada nas estipulações do mandato da Liga das Nações, que levavam em consideração as promessas britânicas assumidas na Declaração de Balfour para o estabelecimento de um lar nacional para os judeus.

Antes da eclosão da revolta, Wauchope tinha ganho a simpatia da comunidade judaica palestiniana, tendo o seu apoio ao estabelecimento do lar nacional judeu sido reconhecido. Norman Bentwich, Procurador-Geral do Mandato da Palestina até 1931, relata que Wauchope contrastou com o seu antecessor e demonstrou um profundo sentido de missão para com os dois povos da Palestina, incluindo o desenvolvimento do Lar Nacional Judaico.²⁵ No entanto, Bentwich não gostou de ver Wauchope apoiar e defender personalidades como Amin al Husayni.²⁶ O Procurador-Geral do Mandato da Palestina recorda – tal como expresso nas memórias de Musa Alami - que Wauchope estava determinado “em ver tudo com seus próprios olhos e ouvir tudo com seus próprios ouvidos. Para esse efeito fazia visitas inopinadas a aldeias árabes e judaicas.”²⁷ Ele era um solteirão rico, que, como John Marlowe caracteriza, “tomou a Palestina no seu coração com um carinho que não era totalmente correspondido quer por árabes, quer por judeus.”²⁸

Musa Alami, secretário particular de Wauchope para Assuntos Árabes, sublinha o enorme interesse de Wauchope na compreensão da situação. O Alto-comissário estava determinado em que a sua política e ações deviam ser baseadas na informação e no conhecimento mais completo e exato sobre ambas as comunidades e seus sentimentos.²⁹ Quando a revolta eclodiu ele já estava na Palestina há mais de 4 anos. O Secretário Colonial, William Ormsby-Gore, reconheceu o contato próximo e pessoal de Wauchope com judeus e

²⁴ “the situation will continue and may deteriorate until Wauchope leaves the country. Wauchope has been given five months to try out his policy and it has lamentably failed.” Quoted in Cooper, D. (1936). *Letter to William Ormsby-Gore, 2 Oct 1936*. TNA, CO 967/92, London.

²⁵ Bentwich, N. & H. (1965). *Mandate Memories 1918-1948*. London: The Hogarth Press 1965). p. 149.

²⁶ Pappe, I. (2010). *The Rise and Fall of a Palestinian Dynasty. The Husaynis 1700-1948*. London: Saqi Books, pp. 257-258.

²⁷ “to see everything with his own eyes and hear everything with his own ears. For this reason he made unannounced visits to Arab and Jewish villages.” Quoted in Bentwich, N. & H., pp. 152-3.

²⁸ “took Palestine to his heart with an affection which was wholly unrequited either by Arabs or Jews” in Marlowe, J. (1959). *The Seat of Pilate. An Account of the Palestine Mandate*. London: The Cresset Press, p. 4.

²⁹ Furlonge, G. (1969). *Palestine is my country. The Story of Musa Alami*. London: Butler & Tanner Ltd., pp. 98-99.

árabes, bem como o seu sucesso em fazê-los servir juntos em várias comissões e conselhos municipais.³⁰

Wauchope estava bem ciente dos problemas que se avizinhavam na Palestina. Já em 1933 tinha relatado a crescente agitação no seio dos árabes palestinos,³¹ sublinhando, em 1935, a insatisfação extrema que eles manifestavam relativamente aos crescentes ritmo e volume de transferência de terras para propriedade da comunidade judaica.³²

Ele considerou que o sentimento generalizado de falta de esperança e ressentimento entre a população árabe transformou-se, na primavera de 1935, em hostilidade ativa contra os judeus, porque os árabes palestinos não acreditavam que o governo iria satisfazer as suas principais reivindicações.³³ No final de 1935, Wauchope tornou-se mais preocupado, considerando que a tensão poderia causar perturbações consideráveis, incluindo greves.³⁴ Em 1933, ele tinha explicado aos líderes árabes e judeus que a política da Administração era introduzir por etapas o autogoverno na Palestina, começando com a introdução de membros não-oficiais nas comissões administrativas, em seguida, realizar as eleições do conselho municipal e, finalmente, estabelecer um Conselho Legislativo.³⁵

Em novembro de 1935, os árabes palestinos apresentaram o Memorando Árabe no qual referiam queixas em relação a Wauchope. O Memorando refere que Wauchope tinha continuamente falado de autogoverno, mas nada tinha feito. Além disso, culpavam-no por aumentar a imigração judaica. Wauchope também tinha continuado a permitir que os judeus adquirissem terras ignorando as recomendações das comissões e de especialistas.³⁶

Provavelmente o Memorando Árabe terá influenciado Wauchope, uma vez que em Dezembro de 1935, ele afirmou que as causas da hostilidade resultam de três queixas fundamentais contra o governo. Primeiramente os árabes acreditavam que lhes tinha sido prometido um Estado árabe independente, incluindo a Palestina. Em segundo lugar, a Declaração de Balfour e seus resultados foram outra causa de ressentimento, e em terceiro lugar, o governo ignorou o comprometimento de incentivar a autonomia local. A sociedade árabe palestina estava profundamente ressentida. Wauchope refere que estas três queixas poderiam ser erradamente vistas como não justificadas, mas de facto eram muito relevantes para os árabes, que se sentiram tratados de forma injusta. Essa sensação de injustiça foi aumentada pelo medo genuíno dos judeus que se iam instalando em grande número e ganhando controlo económico e político.³⁷

³⁰ Cabinet, Palestine Situation. (1937). *Memorandum by the Secretary of State for the Colonies, 1 Jan 1937*, C.P. 1 (37), TNA, CO 733/297/5 Kew.

³¹ Wauchope, A (1933). *Telegram to Sir Philip Cunliffe-Lister, 23 Oct 1933*, Ref. No. CF/269/33, TNA, CO 733/239/5, Kew.

³² Wauchope, A. (1935). *Telegram to Sir Philip Cunliffe-Lister, 11 Feb 1935*. TNA, CO 733/278/13, Kew.

³³ Wauchope, A. (1935). *Telegram to Secretary of State, 7 May 1935*. CZA, S25/22765, Jerusalem.

³⁴ Wauchope, A. (1935). *Telegram to J.H. Thomas, His Majesty's Principal Secretary of State for Colonies, Dec 1935*, Ref. No.CF/409/35. TNA, CO 733/278/13, Kew.

³⁵ Marlowe 1959, p. 134.

³⁶ *Translation of the Arab Memorandum handed to the High Commissioner for Palestine on 25 Nov 1935 (Appendix 1)*. TNA, CO 733/297/1, Kew.

³⁷ Wauchope, A. (1935). *Telegram to J.H. Thomas, His Majesty's Principal Secretary of State for Colonies, Dec 1935*, Ref. No.CF/409/35. TNA, CO 733/278/13, Kew.

Wauchope destacou o medo e viu-o como um fator psicológico e causa subjacente para os distúrbios. Os árabes sentiram que tinham sido superados politicamente, economicamente e socialmente e que se tornariam uma minoria política e social insignificante depois de terem desfrutado de um status de maioria durante séculos, perdendo também a sua sustentabilidade económica. O Alto-comissário concluiu que a verdadeira motivação para os distúrbios foi o medo genuinamente sentido por todos os árabes.³⁸

Não há dúvida de que Wauchope sentiu o pulso da população árabe, a sua insatisfação e desconfiança. Por forma a precaver a escalada da situação ele recomendou em telegrama enviado a J. H. Thomas, Secretário de Estado para as Colónias, a tomada de medidas, mas também acautelou explicitamente que isso não significasse cedência à pressão árabe. Nesse sentido, ele recomendou restrições à venda de terras e redução do número de imigrantes sem contudo alterar a política de facilitar a criação do Lar Nacional. Wauchope admitiu que interromper totalmente a imigração, ou reduzir drasticamente o seu volume acabaria com os problemas com os árabes por um longo tempo, mas seria injusto para com os judeus e estaria em contradição com os compromissos assumidos pelos britânicos. “Se estas três medidas não são realizadas sem demora”, ele afirma, “o medo não se vai dissipar e a Palestina pode ser confrontada com longos períodos de desordem e desobediência civil.”³⁹ Ao fazer estas recomendações, ele considerou-as como equitativas e justas assegurando inflexibilidade à pressão árabe.⁴⁰

Em 08 de maio de 1936, quase imediatamente após a greve ter sido convocada, Wauchope defendeu a nomeação de uma Comissão Real para investigar as causas dos distúrbios e elaborar recomendações para a redução das animosidades.⁴¹ O anúncio imediato de uma Comissão seria o mais útil para evitar a expansão da desordem pública e reduzir os níveis de violência. Na sua opinião, o incremento dos métodos coercivos e mesmo a tomada de uma ação militar drástica poderia evitar maiores transtornos, no entanto levaria a um aumento da amargura e tensão tornando os acontecimentos suscetíveis de se repetirem no futuro.⁴² Cerca de uma semana depois, em 16 de Maio de 1936, Wauchope reafirmou a necessidade de uma investigação imparcial. Sem ela, não haveria paz duradoura na Palestina.⁴³ Finalmente, em 29 de julho de 1936, foi anunciado na Câmara dos Comuns que uma Comissão Real iria investigar as causas dos distúrbios.⁴⁴

Wauchope estava bem ciente que desde a fase inicial da revolta os militares pretendiam

³⁸ *Memorandum on the Underlying Causes of the Disturbances of 1936*. CZA, S25/22725, Jerusalem.

³⁹ “If these three measures are not carried out without delay fear will not dissipate, and Palestine may be faced with long periods of disorder and civil disobedience.” Quoted in Wauchope, A. (1936). *Telegram to J.H.Thomas, His Majesty's Principal Secretary of State for the Colonies*. 30 Apr 1936, Ref. CF/235/36. CZA, S25/22725, Jerusalem.

⁴⁰ Wauchope, A. (1936). *Telegram to J.H.Thomas, His Majesty's Principal Secretary of State for the Colonies*. 30 Apr 1936, Ref. CF/235/36. CZA, S25/22725, Jerusalem.

⁴¹ Wauchope, A. (1936). *Telegram to J.H.Thomas, His Majesty's Principal Secretary of State for the Colonies*, 29 Apr 1936, Ref. No. CF/233/36. TNA, CO 733/297/2, Kew.

⁴² Wauchope, A. (1936). Telegram to the Secretary of State for the Colonies, No. 197, 8 May 1936. TNA, CO 733/297/2, Kew.

⁴³ Wauchope, A. (1936). Telegram to the Secretary of State for the Colonies, 16 May 1936. TNA, CO 733/297/2, Kew.

⁴⁴ Ormsby-Gore, W. (1936). *Telegram to Sir Arthur Wauchope*, No. 459, 3 Sep 1936, CZA, S25/22725, Jerusalem.

aplicar medidas mais fortes. Ele reconheceu que medidas mais musculadas podiam resolver as dificuldades que o governo estava enfrentando, mas que gerariam descontentamento que precisaria de ser enfrentado no futuro.⁴⁵ Os seus objetivos globais eram manter o prestígio britânico e restaurar a lei e a ordem; mas além disso e referindo-se aos pontos de vista do Secretário de Estado, de 10 de junho de 1936, tinha como objetivo alcançar um compromisso que “não deixasse amargurada a população rebelde muçulmana. Este objetivo não seria alcançado se fosse tomada uma ação militar drástica, aérea ou terrestre.”⁴⁶

Rumo a uma Atitude Conciliadora - Moderação Razoável

Em agosto de 1936, Wauchope propôs três cursos de ação alternativos, reconhecendo que qualquer deles tinha inconvenientes, defendia que um deles teria de ser empregue. O primeiro curso de ação consistia na continuação da política vigente. A avaliação de Wauchope, concorrendo com os pontos de vista Peirse, era que esta opção não iria ser provavelmente bem-sucedida, na medida em que a capacidade para restaurar a ordem era posta em causa. A segunda alternativa centrava-se na outorga de algumas concessões a pessoas com as quais, Wauchope sublinha, será importante que o governo conviva futuramente de forma amigável. Ele afirma, no entanto, que a outorga de concessões não deve dar a impressão de cedência à desordem. A terceira opção, defendida por Peirse, seria “subjugar a revolta pela força incluindo o bombardeamento de vilas e cidades, bem como a introdução da lei marcial em alguns distritos ou em todo o país.”⁴⁷ Wauchope discordava desta terceira opção coerciva, que iria fazer sofrer mais pessoas inocentes e iria intensificar o descontentamento já existente. Em sua opinião, algumas concessões teriam de ser feitas para ter aprovação dos extremistas e dessa forma garantir a cessação da violência.⁴⁸

Wauchope enviou um pedido para Ormsby-Gore pedindo aprovação para uma abordagem mais conciliadora e para algumas concessões, até que a Comissão Real enviasse recomendações. Ele justificou o seu pedido, referindo que os muitos funcionários e residentes de longa data na Palestina com quem tinha falado, disseram que as concessões são o único caminho aberto para o governo.⁴⁹ Wauchope denominou a segunda opção como método de moderação razoável, mas deixou a porta aberta para a opção coerciva, no caso de a ordem não ser restaurada.⁵⁰ Por sua vez, Peirse acreditava que a opção adotada por

⁴⁵ Wauchope, A. (1936). *Telegram to William Ormsby-Gore*, 7 June 1936, Ref. No. CF/203/36. TNA, CO 733/297/2, Kew.

⁴⁶ “would not leave an embittered, rebellious Muslim population. This objective would not be achieved if drastic air and military action were applied.” Quoted in Wauchope, A. (1936). *Telegram to William Ormsby-Gore*, 22 Aug 1936, CZA, S25/22764, Jerusalem.

⁴⁷ “subduing the Revolt by force including bombing of villages and towns as well as introducing martial law in some districts or in the whole country.” Quoted in Wauchope, A. (1936). *Telegram to William Ormsby-Gore*, 22 Aug 1936, CZA, S25/22764, Jerusalem.

⁴⁸ Wauchope, A. (1936). *Telegram to William Ormsby-Gore*, 22 Aug 1936, CZA, S25/22764, Jerusalem.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Wauchope, A. (1936). *Dispatch to the Secretary of State for the Colonies*, No. 320, 2 June 1936. TNA, CO 733/297/2. Kew.

Wauchope seria interpretada como uma retirada.⁵¹ Wauchope foi claro em sua visão de que a coerção causaria resultados deploráveis e “o bombardeio de uma única aldeia não vai restaurar a ordem, nem está previsto que o bombardeamento traga de volta das colinas os homens armados ao trabalho na aldeia e pecuária.”⁵² Esta diferença de posições, a conciliatória de Wauchope versus a coerciva de Peirse, caracterizou a diferença entre poder civil e militar e foi a questão subjacente no debate. Wauchope justificou os seus pontos de vista e argumentou que eles foram baseados em informações sólidas e numa compreensão desenvolvida sobre as verdadeiras causas da revolta. Além disso, ele tinha a opinião de que funcionários civis experimentados eram mais propensos a possuir essa informação do que militares, que não tinham conhecimento aprofundado do povo do país.⁵³

A discussão subiu de tom em 20 de agosto, quando Peirse, que continuava a defender ativamente métodos coercivos para anular a revolta, enviou um memorando defendendo o seu ponto de vista sobre a eficácia dos métodos coercivos, incluindo o bombardeamento de precisão de aldeias.⁵⁴ Wauchope refutou os argumentos de Peirse, com base na convicção de que “se a paz for imposta por este meio, não iria durar muito.”⁵⁵ Em seu ponto de vista, resultaria numa população amargurada e preparada para aproveitar todas as chances de perturbar a paz.⁵⁶ Wauchope não se limitava a considerar exclusivamente ganhos táticos resultantes das opções tomadas, mas pensava em potenciais consequências estratégicas. Em maio, ou mesmo em abril,⁵⁷ Peirse tinha desencadeado operações de busca de carácter punitivo, em aldeias onde existia informação da presença de rebeldes, disfarçadas de buscas de armas e de pessoas procuradas, mas Wauchope parou estas operações poucos dias após o seu início.⁵⁸ Isto afigura-se improvável uma vez que Wauchope teria certamente conhecimento dessas buscas punitivas e decerto continuaram por mais do que apenas alguns dias.⁵⁹

O debate entre as abordagens coerciva e conciliatória devido a diferentes entendimentos sobre a forma mais adequada de lidar com a revolta, culminou com a questão da lei marcial. Wauchope e Peirse compartilhavam a opinião de que para impor medidas mais severas a lei

⁵¹Peirse, R. (1936). *Telegram to Sir Arthur Wauchope, 20 Aug 1936*, (Ref. PTJ/CS/10045/1), Appendix I. CZA S25/22764, Jerusalem.

⁵² Wauchope, A. (1936). *Telegram to William Ormsby-Gore, 22 Aug 1936*. CZA, S25/22764, Jerusalem.

⁵³ Wauchope, A. (1936). *Comments on Air Vice-Marshal Peirse's Secret Memorandum of 20 Aug 1936*. CZA S25/22764, Jerusalem (sent to Parkinson under formal personal letter on 22.8.36).

⁵⁴ Peirse, R. (1936). *Telegram to Sir Arthur Wauchope, 20 Aug 1936*, (Ref. PTJ/CS/10045/1), Appendix I. CZA, S25/22764, Jerusalem.

⁵⁵ “if peace were imposed by this means, it would not last long.” Quoted in Wauchope, A. (1936). *Comments by High Commissioner on Air Vice-Marshal Peirse's Secret Memorandum of 20 Aug 1936*. CZA, S25/22764, Jerusalem.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Kelly, M. K. (2015). The Revolt of 1936: A Revision. *Journal of Palestine Studies*, Vol. XLIV, No. 2, p. 33.

⁵⁸ *Colonial Office, Letter to P. J. Oldfield, 5 Dec 1936*. TNA, AIR 2/1938, Kew (including Wauchope's notes on Air Vice-Marshal Peirse's despatch on the disturbances in Palestine, covering the period from 19 Apr to 14 Sep).

⁵⁹ Kelly, M. K. (2015). The Revolt of 1936: A Revision. *Journal of Palestine Studies*, Vol. XLIV, No. 2, pp. 33-34.

marcial devia ser declarada.⁶⁰ Mas ainda em junho de 1936, Ormsby-Gore apoiou a visão de Wauchope que ainda não era necessário proclamar a lei marcial.⁶¹

O Debate Sobre a Responsabilidade de Comando na Lei Marcial

Wauchope preparou-se para a possibilidade de a lei marcial vir a ser imposta e no início de Junho e solicitou a Ormsby-Gore esclarecimentos relativamente a essa lei marcial. Wauchope lembrou que o AOC, como administrador da lei marcial, exerce autoridade sobre a polícia e administração civil e que o HC não pode exercer controlo efetivo da ação, ficando a responsabilidade total no AOC. Ele pediu ainda ao Ministério das Colónias para determinar se havia objeções a fazer uma proclamação completa ou parcial da lei marcial baseada na necessidade.⁶²

O Tenente-general John Dill, que substituiu Peirse em 15 de setembro de 1936,⁶³ recebeu desde a sua nomeação instruções claras do Ministério da Guerra sobre os métodos a serem aplicados para esmagar a revolta. De acordo com estas instruções, o HC tinha sido informado da decisão do governo e foi instruído a consultar Dill em pontos relativos à aplicação da lei marcial.⁶⁴ As instruções estipulavam claramente que o HC era a autoridade real para a aplicação da lei marcial.⁶⁵ Após a sua chegada, Dill comprometeu-se em resolver coercivamente o problema da revolta. A leitura da sua intenção pode ser obtida a partir da linguagem que ele usava, justificando a ação “para ensinar-lhes (aos árabes palestinianos) uma lição.”⁶⁶ Ele estava firmemente convencido desde a sua chegada que a declaração da lei marcial, tão rapidamente quanto possível em toda a Palestina era, sem dúvida, necessária.⁶⁷

Dill debateu com os seus superiores no Ministério da Guerra a sua responsabilidade de comando sob a lei marcial. Em sua opinião a lei marcial não seria eficaz se todos os poderes permanecessem com a autoridade civil. Descartando a administração civil, Dill afirma: “É muito melhor que nós, os soldados, tenhamos todo o ódio dos atos desagradáveis que

⁶⁰ Wauchope, A. (1936). *Comments on Air Vice-Marshal Peirse's Secret Memorandum of 20 Aug 1936*. CZA, S25/22764, Jerusalem.

⁶¹ Wauchope, A. (1936). *Telegram to William Ormsby-Gore, 7 June 1936*. Ref. No. CF/203/36. TNA, CO 733/297/2, Kew.

⁶² Wauchope, A. (1936). *Dispatch to the Secretary of State for the Colonies, William Ormsby-Gore, No. 320, 2 June 1936*. TNA, CO 733/297/2, Kew.

⁶³ *HQ British Forces Palestine to Air Ministry, Situation report 113, 14 Sep 1936*. TNA, WO 32/4174, Kew.

⁶⁴ *Appointment of Lt. General J.G. Dill, C.B., C.M.O., D.S.O.*, 7 Sept. 1936. TNA, WO 32/4174, London. These instructions were based on the Cabinet meeting 56 (36) agreement on 2 Sep 1936. TNA, WO 32/4176, Kew.

⁶⁵ Shuckburgh, J. (1936). *Letter to Sir Herbert Greedy on draft instructions to Gen. Dill*, 7 Sep 1936. TNA, WO 32/4174, Kew.

⁶⁶ “to teach them (Palestinian Arabs) a lesson.” Quoted in Dill, J. G. (1936). *Letter to the Field Marshal, Sir C.J. Deverell*, 10 Nov 1936. Liddell Hart Centre for Military Archives, Private Papers. Dill 2/9, London. A attitude de Dill torna-se clara quando ele escreve acerca de “medidas preventivas para bombas nas estradas: a nossa resposta a isto será levar um par de mascots árabes no carro da frente.” Quoted in Dill, J. G. (1936). *Letter to the Field Marshal, Sir C.J. Deverell*, 18 Sep 1936. Liddell Hart Centre for Military Archives, Private Papers. Dill 2/9, London.

⁶⁷ General Staff, Headquarters, The British Forces, Palestine & Trans-Jordan. (1938). *Military Lessons of the Arab Rebellion in Palestine 1936*. TNA, WO 282/6 (44816-1), Kew.

teremos, provavelmente, que cometer e que quando a ordem estiver totalmente restaurada a administração civil pode regressar com ramos de oliveira.”⁶⁸

No início de setembro à medida que a revolta se intensificava, parece que Wauchope começou a questionar a sua firme confiança em métodos conciliatórios. Numa carta de 4 de Setembro enviada a Ormsby-Gore ele reconheceu que a instalação por acordo fortaleceria os grupos armados. Ele concordou que a situação agora exigia controlo militar supremo e devia ser confiada a Dill que iria administrar a lei marcial. Wauchope continuou, a menos que Dill discordasse, a lei marcial deveria ser aplicada a todo o país, logo que Dill estivesse preparado para administrá-la. Wauchope lamentou por não ter sido capaz juntamente com Peirse de acabar com a revolta. Wauchope reconheceu ainda que um único comandante militar deveria ser responsável por administrar a lei marcial.⁶⁹ É notável que, tendo expressado estes pontos de vista apenas alguns dias antes da chegada de Dill, Wauchope, após a sua chegada, tenha voltado ao seu antigo pensamento sobre os méritos de meios conciliatórios. Deve ser indagado se esta abordagem de Wauchope foi calculada para agradar o Ministério das Colónias, no contexto da partida de Peirse e chegada de Dill, especialmente porque Ormsby-Gore tinha mostrado alguma simpatia pelas ideias de Peirse no início do verão, quando afirmou que o problema na Palestina era essencialmente militar.⁷⁰ As semanas seguintes demonstraram que Wauchope não abandonou sua oposição à declaração da lei marcial.

Dill no seu relatório de 22 de setembro, reclamou ao marechal de campo que Wauchope não tinha fechado a porta a negociações com o HAC, e ele próprio estava preocupado que se a greve fosse terminada a declaração da lei marcial seria difícil. Na mesma mensagem, Dill afirmava que era claro que sob lei marcial a autoridade militar deveria ser suprema e não permitindo que a administração civil estivesse numa posição de anular decisões militares consideradas necessárias.⁷¹ O Ministério da Guerra continuou a manter-se firme sobre a necessidade de métodos coercivos e queria a lei marcial declarada. Duff Cooper afirmou em sua carta a Ormsby-Gore, de 2 de outubro, que logo que a lei marcial fosse proclamada, a mera presença de Wauchope na Palestina seria uma desvantagem muito séria para Dill. Cooper afirma ainda que gostaria de autorizar Dill a proclamar a lei marcial em 6 de Outubro, a menos que a rebelião tivesse terminado até 5 de Outubro, e que seriam enviadas instruções para Wauchope retornar imediatamente.⁷²

⁶⁸“It is much better that we soldiers should have the whole odium of the unpleasant acts we shall probably have to commit and that when order is fully restored the civil administration can return with olive branches.” Quoted in Dill, J. G. (1936). *Letter to the Field Marshal*, Sir C.J. Deverell, 18 Sep 1936. Liddell Hart Centre for Military Archives, Private Papers. Dill 2/9, London.

⁶⁹ Ormsby-Gore, W. (1936). *Memorandum*, 9 Sep 1936, Cabinet. Palestine. C.P. 238 (36). TNA, CO 733/297/5, Kew; *Circulation of Wauchope's letter to Ormsby-Gore*, 4 Sep 1936 (original attached).

⁷⁰ Ormsby-Gore, W. (1936). *Memorandum by the Secretary of State for the Colonies* C.P. 138 (36). TNA, WO 32/4176, Kew.

⁷¹ Dill, J. G. (1936). *Letter to the Field Marshal*, Sir C.J. Deverell, 22 Sep 1936. Liddell Hart Centre for Military Archives, Private Papers, Dill 2/9, London.

⁷² Cooper, D. (1936). *Letter to William Ormsby-Gore*, 2 Oct 1936. TNA, CO 967/92, Kew.

O Rei Edward assinou a lei marcial *Order-in-Council*, em 26 de setembro e foi proclamada em 30 de Setembro. Ele autorizou o HC a delegar a seu critério algum ou todos os seus poderes no GOC. Houve, no entanto, um elemento inesperado para Dill (e, provavelmente, Wauchope, também). A *Order-in-Council* introduziu uma lei marcial estatutária, não tendo autorizado a lei marcial no seu sentido mais amplo. As competências atribuídas foram meticulosamente definidas na lei marcial estatutária.⁷³ Matthew Hughes considera que lei marcial estatutária como uma situação em que o poder militar ainda se encontra sujeito ao poder civil e lei marcial completa em que toda a autoridade é atribuída aos militares e que os britânicos descartaram a lei marcial completa em situações de ‘sub-guerras’ na década de 1930.⁷⁴

Aparentemente nenhum dos intervenientes no terreno, civil ou militar, teria previsto a possibilidade de uma versão diluída da lei marcial, que não alterou a hierarquia de responsabilidade e manteve a autoridade civil no poder. Como resultado da decisão do governo, a confusão de funções e responsabilidades entre as autoridades civis e militares só foi agravada embora o governo tenha optado por não recorrer a uma lei marcial completa com que teria marcado o fracasso da política de Mandato.⁷⁵ Politicamente, num estado de sub-guerra, a lei marcial completa estava fora de questão. Além disso, o Ministério das Colónias tinha encontrado dificuldades para entregar o controlo completo da Palestina ao Ministério da Guerra.⁷⁶

A introdução da lei marcial estatutária complicou ainda mais a situação e levou a discussões contínuas sobre a delegação de poderes ao GOC. Isto levou ao adiamento da data de início da lei marcial estatutária em 10 de Outubro. Em 8 de Outubro, Wauchope informou que o acordo com Dill sobre a delegação de poderes tinha sido alcançado.⁷⁷ Em 9 de Outubro, um telegrama de Ormsby-Gore transmitiu a delegação de autoridade formal de Wauchope para Dill a partir de 14 de outubro, se a greve não terminasse no até ao dia anterior.⁷⁸ Em 10 de outubro Wauchope decidiu, com base no telegrama recebido de Ormsby-Gore, um novo adiamento da delegação de poderes até 14 de outubro esperando que o HAC terminaria a rebelião antes dessa data.⁷⁹

⁷³ General Staff, Headquarters, The British Forces, Palestine & Trans-Jordan. (1938). *Military Lessons of the Arab Rebellion in Palestine 1936*. TNA, WO 282/6 (44816-1), Kew.

⁷⁴ Hughes, M. (2010). Lawlessness was the Law: British Armed Forces, the Legal System and the Repression of the Arab Revolt in Palestine, 1936-1939. In: Rory Miller, ed., *Britain, Palestine and Empire: The Mandate Years*. Farnham: Ashgate, p. 146.

⁷⁵ Bowden, T. (1975). The Politics of the Arab Rebellion in Palestine 1936-39. *Middle Eastern Studies*, Vol. 11, No. 2 (May 1975), p. 165.

⁷⁶ Deverell, C. J. (1936). *Letter to General Dill*, 29 Sep 1936. Liddell Hart Centre for Military Archives, Private Papers, Dill 2/9, London.

⁷⁷ General Staff, Headquarters, The British Forces, Palestine & Trans-Jordan. (1938). *Military Lessons of the Arab Rebellion in Palestine 1936*. TNA, WO 282/6 (44816-1), Kew.

⁷⁸ Wauchope, A. (1936). *Memorandum of Comments by the High Commissioner on General Dill's report on Events in Palestine from 15 Sep to 30 Oct 1936*. CZA, S25/22764, Jerusalem.

⁷⁹ General Staff, Headquarters, The British Forces, Palestine & Trans-Jordan. (1938). *Military Lessons of the Arab Rebellion in Palestine 1936*. TNA, WO 282/6 (44816-1), Kew.

A Greve Terminou - Mas o Debate Continua

Simultaneamente, a decisão sobre a delegação de poderes foi comunicada aos governantes árabes, por ser sabido que se estavam a preparar para cancelar a greve. Em 11 de outubro, a mesma informação foi passada para o HAC incluindo o Mufti. Na sequência de deliberações e correspondência trocada com Wauchope, o Secretário de Estado tinha decidido adiar a entrega de autoridade até 19 de outubro, contudo esta decisão não foi revelada ao HAC nem aos governantes árabes.⁸⁰ É óbvio que a delegação de autoridade foi usada para pressionar o HAC a cancelar a greve. A esperança de Wauchope foi cumprida, quando o HAC - com base no parecer dos governantes árabes, chegado em 9 de outubro - emitiu ordens para a resistência cessar, em 12 de outubro, que foram imediatamente cumpridas tendo a greve chegado ao fim.⁸¹ Tratou-se de um alívio para Wauchope, como ele declarou em 20 de outubro, “Felizmente agora há pouca chance de lei marcial ou a delegação de competências do Alto-comissário se tornar aconselhável. Sempre vi os males que sobreviriam caso fosse necessário aplicar medidas repressivas para restaurar a ordem.”⁸² O espírito elevado de Wauchope - um reflexo do alívio no fim da greve - leva-o a elaborar alguns comentários auto-congratatórios: “Eu acho que mereço um grande elogio pela paciência que mostrei durante os últimos seis meses, mesmo com tão bons amigos como Peirse e Dill. Eu certamente salvei o primeiro de algumas tolices extraordinários. Se tivesse que ‘delegar minhas responsabilidades’ implicaria males maiores do que os que eu já tinha previsto.”⁸³

Tendo a greve sido cancelada, Wauchope sentiu certamente que a sua abordagem conciliatória tinha sido justificada e a autoridade britânica (civil) demonstrou uma compreensão adequada da situação. Nos seus comentários sobre o relatório do general Dill ele sente-se confiante afirmando que: “a autoridade britânica, baseada na firmeza temperada pela compreensão, está agora numa base mais estável do que se tivesse sido restabelecida por meios de severidade indiscriminatória, que redundaria na inevitável exasperação, não só da população árabe da Palestina, mas também de outros povos árabes e muçulmanos.”⁸⁴

Apesar da diminuição do perigo imediato, o debate sobre a lei marcial continuou em novembro do mesmo ano. Dill era da opinião de que a delegação de poderes da lei marcial devia ser regida pelo conselho do GOC, como assessor militar do HC. Sob a lei marcial o

⁸⁰ Wauchope, A. (1936). *Memorandum of Comments by the High Commissioner on General Dill's report on Events in Palestine from 15 Sep to 30 Oct 1936*. CZA, S25/22764, Jerusalem.

⁸¹ General Staff, Headquarters, The British Forces, Palestine & Trans-Jordan. (1938). *Military Lessons of the Arab Rebellion in Palestine 1936*. TNA, WO 282/6 (44816-1), Kew.

⁸² “Happily now there is but little chance of martial law or delegation of powers of High Commissioner becoming advisable. I have always seen the evils for the future had the repressive measures become necessary to restore order.” Quoted in Wauchope, A. (1936). Letter on 20 Oct 1936. TNA, CO 967/92, Kew.

⁸³ “I think I deserve great praise for the forbearance I've shown during the last six months, even to such good friends as Peirse and Dill. I certainly saved the former from some extraordinary stupidities. If I ever had to ‘delegate my responsibilities’, it would entail greater evils than I had ever foreseen.” Quoted in Ibid.

⁸⁴ “British authority based on firmness tempered by understanding, is now on a more stable foundation than if it had been re-established by means of indiscriminatory severity, with its inevitable embitterment not only of the Arab population of Palestine but also of other Arab and Moslem peoples.” Quoted in Wauchope, A. (1936). *Memorandum of Comments by the High Commissioner on General Dill's report on Events in Palestine from 15 Sep to 30 Oct 1936*. CZA, S25/22764, Jerusalem.

GOC seria responsável por restaurar a segurança pública. Mas Wauchope chamou a atenção para que nas Notas sobre Policiamento Imperial era claramente estabelecido que a decisão de impor a lei marcial competia normalmente à autoridade civil e não ao comandante militar.⁸⁵ Apesar disso, Wauchope prometeu a Ormsby-Gore delegar poderes da lei marcial em Dill se surgisse um cenário em que os árabes palestinos considerassem o relatório da Comissão Real e as decisões que se seguiram insatisfatórias e a revolta continuasse. Ele afirma que: “se a rebelião ocorrer, a rebelião será suprimida, se necessário, através de medidas graves, que evitarão novo levantamento por alguns anos”,⁸⁶ mesmo que tal ação provoque amargura.⁸⁷

Por sua vez, Dill estava desagradado com a maneira como havia sido concluída a delegação de poderes sobre a lei marcial e com o grau estatutário da lei marcial. Em outubro de 1936, duas semanas após a greve ter sido cancelada, Dill ainda estava convencido de que a questão do comando é que requeria uma decisão urgente. Ele descreveu a sua visão referindo que quando a situação ultrapassa a capacidade da autoridade civil e o controle da polícia, o controle deve ser dado aos militares, e quando a autoridade é delegada ao comandante militar, ele deve ter poder para agir sob lei marcial, e não sob a lei marcial estatutária.⁸⁸

A questão da resposta mais adequada à revolta, e as diretamente relacionados com as respectivas funções das autoridades civis e militares continuaram a atormentar as relações entre Wauchope e Dill. Wauchope explicou a situação na sua carta a Ormsby-Gore, no início de 1937, afirmando que, se é necessária a manutenção da ordem, ele deve ter o direito de solicitar ao GOC o envio de tropas; ao passo que Dill considerava que a decisão devia recair sobre ele.⁸⁹ Wauchope considerava de extrema importância determinar quem deveria ser o decisor. Tal como Wauchope, Dill também concluiu que as questões relacionadas com poderes de comando deveriam ser resolvidas em Londres.⁹⁰

A reunião de Londres teve lugar em 16 de fevereiro de 1937. As questões de autoridade foram finalmente discutidas numa conferência interdepartamental no Ministério das Colónias. Foi admitido que a possibilidade de conflito de opiniões entre o HC e o GOC não poderia ser excluída, embora o princípio geral fosse claro. O princípio era que até o HC ter delegado poderes ao GOC, o HC, como chefe do governo civil na Palestina, teria que ser a autoridade suprema e final sobre questões que afetassem a segurança. A conferência, no entanto, concordou que os poderes do HC como ‘comandante-em-chefe’ não incluíam o comando

⁸⁵ *Note on discussion between Sir Arthur Wauchope and Gen. Dill, 26 Nov 1936*, Ref. No. CF/866/36. TNA, FO 371/20804, Kew.

⁸⁶ “should rebellion occur, rebellion will be suppressed, if need be by severe measures such as will prevent any further rising for some years to come.” Quoted in Ormsby-Gore, W. (1937). *Memorandum by the Secretary of State for the Colonies, 1 Jan 1937* with Annexure III: Wauchope, A. (1936). *Letter to William Ormsby-Gore, 24 Dec 1936*. Cabinet, Palestine Situation. C.P. 1 (37). TNA, CO 733/297/5, Kew.

⁸⁷ *Summary of view of Sir Arthur Wauchope and Gen. Dill on points discussed on 26 Nov 1936*. TNA, WO 32/4178, Kew.

⁸⁸ Dill, J. G. (1936). *Despatch on events in Palestine during the period 15 Sep 1936 to 27 Oct 1936*. TNA WO 32/9401, Kew.

⁸⁹ Wauchope, A. (1937). *Telegram to William Ormsby-Gore, 26 Jan 1937*, Ref. No. CF/866/36. TNA, FO 371/20804, Kew.

⁹⁰ Dill, J. G. (1936). *Letter to Sir Arthur Wauchope, 16 Dec 1936* and Wauchope, A. (1936). *Letter to Gen. Dill, Letters, 15 Dec 1936*. TNA, WO 32/4178, Kew.

direto das forças. O HC poderia, no entanto, ser autorizado a requerer a modificação de qualquer plano específico de ação militar, se considerasse que poderia levar a consequências perigosas por motivos políticos ou religiosos.⁹¹

Conclusões

O debate entre a abordagem conciliatória vs. coerciva durante a revolta árabe em 1936 reflete, basicamente, diferentes entendimentos sobre a situação na Palestina. A administração civil e, especialmente, Wauchope apoiavam a abordagem conciliatória, enquanto os militares, representados por Peirse e Dill, defendiam a abordagem coerciva. Wauchope tinha passado vários anos na Palestina antes da eclosão da revolta e conseguiu fazer com que árabes e judeus cooperassem em muitas áreas da vida pública.⁹² Wauchope tinha feito realizações incontestáveis durante os anos 1931-35 apoiando o estabelecimento de um lar nacional judeu, mas não à custa da população indígena.

A revolta colocou todas essas realizações em perigo. Portanto, Wauchope buscou uma solução conciliatória e política com o uso limitado de poder, ao passo que a solução militar era impor a lei e a ordem por meios militares ou seja por coerção, incluindo a lei marcial, que seria seguida por uma segunda solução política. Fontes documentais contêm evidências de que Wauchope olhou para a situação a partir de uma perspectiva mais ampla, considerando sempre impactos políticos e sociais, ao passo que Peirse e Dill ambos viram a situação restrita como um levantamento contra o governo britânico que devia ser esmagado. Diferentes leituras da situação, a civil e a das autoridades militares, bem como conclusões sobre a abordagem mais adequada, são o resultado, não apenas de diferentes responsabilidades, como Cohen concluiu, mas de diferentes compreensões da situação no terreno, decorrentes da situação política e da análise de segurança. No entanto, é de notar que, embora exercendo uma abordagem conciliatória, Wauchope não hesitou em usar a força se considerasse necessário.⁹³

No cerne da análise de Wauchope estava a compreensão dos sentimentos e medos dos árabes palestinos. O HC referiu, repetidamente, a forte insatisfação sentida pelos árabes, que temiam pelo seu futuro, tendo considerado que a causa desse medo era mais psicológica do que física. Esta compreensão era o princípio orientador da concepção de uma resposta apropriada à revolta. Ele não acreditava que questões de consciência, sentimentos e medo pudessem ser remediadas com medidas coercivas, conforme era proposto pelos militares, tendo expressado profunda preocupação com as baixas civis causadas por ações das tropas do

⁹¹ Ormsby-Gore, W. (1937). *Minute Sheet, 15 Mar 1937*, Reg. No. 0176/484., TNA, WO 32/4178, Kew.

⁹² Ormsby-Gore, W. (1937). *Memorandum by the Secretary of State for the Colonies, Cabinet, Palestine Situation*. C.P. 1 (37), 1 Jan 1937. TNA, CO 733/297/5, Kew.

⁹³ Ele esmagou um reduto hostil na cidade velha de Jaffa destruindo, em 16 de junho de 1936, entre 220 a 240 edifícios e cortando caminhos da cidade velha, provocando até 6.000 desalojados palestinos. Wauchope, A. (1936). *Letter to Williams Ormsby-Gore, 16 June 1936*. CZA, S25/22727, Jerusalem, and Matthew Hughes, M. (2009). The Banality of Brutality: British Armed Forces and the Repression of the Arab Revolt in Palestine, 1936-39. *English Historical Review* Vol. CXXIV No. 507, p. 322.

governo. Wauchope baseou o seu entendimento, tanto na informação por ele recolhida, como nas suas próprias observações e experiências. Isto não teria sido possível sem o seu empenho pessoal, conforme referido em algumas das memórias. Por ter percebido que a utilização de métodos coercivos destruiria a possibilidade de conseguir uma solução política, em cujo sucesso estava tão focado, defendia consistentemente que ações repressivas deveriam ser um último recurso. Além disso, destruiria o trabalho pelo qual foi reconhecido, a promoção bem-sucedida da cooperação entre árabes e judeus.

A perspetiva e a compreensão da situação, pelos militares, era menos detalhada e mais limitada. Eles entenderam a rebelião como um desafio direto à autoridade britânica e consideravam a abordagem conciliatória de Wauchope como uma retirada, tendo por isso proposto o seu abandono. Cohen descreve os esforços de Wauchope como de apaziguamento dos árabes palestinianos.⁹⁴

Este artigo argumenta que não foram apenas diferentes responsabilidades atribuídas às autoridades civis e militares que contribuíram para o desacordo sobre as respetivas funções, do HC e do GOC, sob a lei marcial. A incompatibilidade de responsabilidades de comando foi o resultado de marcadamente diferentes entendimentos sobre a situação e não só um produto da diferente natureza de responsabilidades. Wauchope manteve uma visão mais holística da situação global, que resultou de conhecimento acumulado em anos anteriores à revolta e na sua perceção de que dar liberdade de ação aos militares redundaria numa situação deplorável para o Mandato da Palestina. Ele tomou em consideração aspetos de política, segurança, ambiente, sentimento e questões regionais, enquanto os militares restringiam a sua análise a esmagar a revolta. Wauchope por ser o mais alto responsável pelo mandato sentia a responsabilidade total e fez o seu melhor para encontrar uma solução pacífica e sustentável. Em parte, a sua política de conciliação contribuiu para o cancelamento da greve, impedindo, naquela época, a utilização de mais métodos coercivos. O fato de a revolta ter continuado no Outono de 1937 deve-se em grande parte a uma reação aos resultados da Comissão Real e, portanto, não diretamente relacionados com a política aplicada em 1936.

* * *

Não podemos deixar de pensar sobre a onda de levantamentos populares que varrem o Norte de África e o Médio Oriente desde o final de 2010 sem refletir sobre a revolta na Palestina na década de 1930, bem como outros levantamentos populares no Médio Oriente. Apesar das diferenças no tempo, configurações políticas e estruturas de poder as semelhanças são notáveis, tal como observado no caso da Líbia e da Síria. Acima de tudo, a busca pela compreensão das causas subjacentes de convulsões sociais e turbulência é hoje tão crucial como era no passado. Infelizmente, parece que a história continua a repetir-

⁹⁴ Cohen, M. J (1975). Direction of Policy in Palestine, 1936-45. *Middle Eastern Studies*, Vol. 11, No. 3 (October 1975), p. 252.

-se e embora, muitas vezes, tenham sido identificados ensinamentos, nada foi realmente aprendido. Esses ensinamentos, relacionados diretamente com a compreensão das causas profundas das convulsões sociais, foram deixados para trás, não só no caso de revoltas indígenas, mas também na tomada de decisão política que conduziu a intervenções militares externas na região. A utilização de meios coercitivos como uma solução está na vanguarda, não importa se a questão é sobre reprimir uma revolta popular por regimes autoritários ou sobre a chamada guerra contra o terror por coligações internacionais. Os meios utilizados pelos regimes e pela ordem internacional estabelecida são basicamente os mesmos. É impressionante observar que a assertividade militar semelhante à propagada por Peirse e Dill na Palestina continua a predominar como resposta aos conflitos contemporâneos. Bastará pensar em intervenções militares lideradas pelos EUA no Afeganistão e, principalmente, os países da UE na Líbia (com o consentimento da ONU) e no Iraque (sem o consentimento), que levaram a consequências não intencionais com que o mundo está agora a lidar, incluindo a robusto emergência do chamado Estado Islâmico. Estas intervenções militares que reproduzem muito o desejo de Peirse em esmagar o “inimigo” sem qualquer compreensão das causas para a agitação, causaram a proliferação do radicalismo numa escala sem precedentes. Wauchope salientou a necessidade de compreensão das correntes que dirigem a revolta. Se um entendimento semelhante existisse, teria muito provavelmente conduzido a uma abordagem internacional diferente em países como o Afeganistão ou Iraque, mitigando o radicalismo em vez de o promover. De acordo com o observado, é ainda duvidoso que, no caso do Afeganistão, a invasão tivesse sido lançada se se dispusesse de conhecimento suficiente.⁹⁵

Existem vários estudos relevantes que explicam as causas que levam a convulsões sociais e conflitos. Edward Azar formulou o chamado modelo prolongado de conflito social (PSC) baseando-se em parte na sua vivência no Líbano, onde nasceu. O PSC observa-se geralmente quando são negados a grupos comunais (definidos por características culturais étnicas, religiosas, linguísticas ou outras características partilhados) a sua identidade distinta ou o cumprimento das suas necessidades de desenvolvimento coletivo.⁹⁶ Este modelo descreve com bastante precisão o que causou a revolta na Palestina e o que está por trás de levantamentos populares mais contemporâneos no mundo árabe. A definição do PSC estipulada por Azar e outras abordagens e modelos relacionados, são relevantes para ajudarem a compreender melhor as raízes e a dinâmica de conflitos complexos e multidimensionais, levando à aplicação de métodos mais conciliatórios ao abordar as causas profundas dos levantamentos sociais e crescente radicalismo.

⁹⁵ Quoted in Gray, J. (2014). The Dangers of Democracy. *New York Review of Books*, March 20 - April 2, 2014, Vol.LXI, Number 5, p. 43.

⁹⁶ Wibke Hansen, Oliver Ramsbotham, and Tom Woodhouse, Eds. (2004). *Hawks and Doves: Peacekeeping and Conflict Resolution*. Berghof Research Center for Constructive Conflict Management - Edited version August 2004, pp. 9-10.

Referências

Fontes primárias:

Central Zionist Archives - CZA (Jerusalem): S 25.

The National Archives - TNA (Kew), AIR 2; CO 323, 733, 967; FO 371; WO 32, 282.

Liddell-Hart Centre for Military Archives (London): Private Papers, Dill 2/9.

Fontes secundárias:

Bentwich, N & H. (1965). *Mandate Memories 1918-1948*. London: The Hogarth Press.

Bowden, T. (1975). The Politics of the Arab Rebellion in Palestine 1936-39. *The Middle Eastern Studies*, Vol. 11, No. 2, May 1975, pp. 147-174

Cohen, M. J. (1973). Sir Arthur Wauchope, the Army and the Rebellion in Palestine, 1936. *The Middle Eastern Studies*, Vol. 9, No 1, Jan 1973, pp. 19-34.

Cohen M. J. (1975). Direction of Policy in Palestine, 1936-45. *Middle Eastern Studies*, Vol. 11, No. 3, October 1975, p. 252.

Furlonge, G. (1969). *Palestine is my country. The Story of Musa Alami*. London: Butler & Tanner Ltd.

Gray, J. (2014): The Dangers of Democracy. *New York Review of Books* March 20 - April 2, 2014, Vol. LXI, Number 5, p. 43.

Gwin, C. W. (1936). *Imperial Policing*. London: Macmillan and Co.

Hansen, W., Ramsbotham, O., Woodhouse, T., eds. (2004). *Hawks and Doves: Peacekeeping and Conflict Resolution*. Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, pp. 9-10.

Hughes, M. (2009). The Banality of Brutality: British Armed Forces and the Repression of the Arab Revolt in Palestine, 1936-39. *English Historical Review* Vol. CXXIV No. 507 Oxford University Press, April 2009, p. 322.

Hughes, M. (2010). Lawlessness was the Law: British Armed Forces, the Legal System and the Repression of the Arab Revolt in Palestine, 1936-1939. Rory Miller ed., *Britain, Palestine and Empire: The Mandate Years*. Farnham: Ashgate, pp. 141-156.

Kelly, M. K. (2015). The Revolt of 1936: A Revision. *Journal of Palestine Studies*, Vol. XLIV, No. 2, pp. 29, 32-35.

Marlowe, J. (1959). *The Seat of Pilate. An Account of the Palestine Mandate*. London: The Cresset Press.

Norris, J. (2008). Repression and Rebellion: Britain's Response to the Arab Revolt in Palestine of 1936-39. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, Vol. 36, No. 1, March 2008, pp. 25-45.

Pappe, I. (2010). *The Rise and Fall of a Palestinian Dynasty. The Husaynis 1700-1948*. London: Saqi Books.

Porath, Y. (1977). *The Palestinian Arab National Movement. From Riots to Rebellion*. Vol. II, London: Frank Cass.

Swedenburg, T. (1995). *Memories of Revolt. The 1936-1939 Rebellion and the Palestinian National Past*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press 1995.